

Bulhões quer a empresa forte para evitar risco de recessão

Arquivo — 14/09/78

Um conjunto de medidas capaz de impedir que o Brasil mergulhe de vez no abismo da recessão econômica e que, como impõe o bom senso e o interesse nacional, não é inflacionário, não sangra o depauperado erário da Nação, não pesa no bolso do contribuinte e não inviabiliza o fechamento do balanço de pagamentos; a cartada, enfim, com que o Ministro Delfim Neto deve andar tentando sonhar todas as noites.

É exatamente isso o que acaba de ser concebido e está sendo oferecido ao país para um debate "amplo, geral e irrestrito" por quem inscreve em seu currículo o mérito de ter estado na linha de frente da equipe que, nos anos 60, comandou a superação de uma crise econômica de origem diversa mas tão grande e grave quanto a atual, o ex-Ministro da Fazenda Octávio Gouvêa de Bulhões.

O que ele propõe — justo nesse tempo em que a expressão (e apenas a expressão) **tetas do Governo** anda na boca do povo — é nada menos do que a criação de um estímulo fiscal suficientemente forte e prático para, a curto prazo, viabilizar o fortalecimento do capital próprio das empresas privadas brasileiras: a isenção do Imposto de Renda para os dividendos de ações novas.

Como isso implicaria uma perda de receita pela União, ele também propõe um "aumento substancial" do Imposto de Renda que incide sobre os lucros das aplicações financeiras de curto prazo, atualmente fixado em 9%. Somada essa receita adicional aos impostos que as empresas continuariam recolhendo com a manutenção do seu nível de produção, estaria assegurado talvez até um acréscimo na arrecadação.

Todos ganham

O esquema montado pelo professor Bulhões parece perfeito. Tão perfeito, aliás, que assegura ganhos gerais — para o país, para as empresas beneficiadas com o reforço de capital próprio e para os investidores pessoas físicas (as pessoas jurídicas estariam excluídas). Até para as empresas que, por serem individuais ou limitadas não dispõem de ações para lançar, sobram benefícios.

Para as empresas diretamente beneficiadas pelo reforço do capital de giro próprio, a grande vantagem é que não precisariam recorrer tão intensamente ao mercado financeiro e, conseqüentemente, seriam menos sangradas do que são ao pagarem altas taxas de juros. Além disso, o lucro que distribuíam sob a forma de dividendos aos portadores das ações novas seriam contabilizados como despesa, não incidindo imposto sobre ele.

Haveria, portanto, um incentivo à distribuição de dividendos que, somado à maior taxa de lucro dos investimentos de curto prazo, induziria o investidor a comprar ações. Para o erário, isso seria indiferente, uma vez que, quando recorre ao sistema financeiro, as empresas já contabilizam os juros pagos como despesa, o que também reduz o lucro e, conseqüentemente, o tributo devido.

Desafogo geral

Mestre Bulhões reconhece que o seu esquema não traz um benefício direto às empre-



Bulhões vê no apoio às empresas solução para a crise

sas individuais ou limitadas. Mas, além de aventar a possibilidade de o Governo passar a usar recursos do PIS-Pasep para a subscrição de cotas do capital das empresas limitadas, lembra que o esquema proporcionaria a estas e às individuais uma maior disponibilidade de recursos no sistema financeiro. Quanto aos bancos, continuariam emprestando tanto quanto antes.

Com esse redirecionamento das aplicações da poupança interna, ele julga que seria possível, se não reaquecer a economia, ao menos impedir que a situação se agrave e o país enfrente a recessão "que se avizinha". Além disso, trabalhando com menores custos financeiros, as empresas teriam condições de reduzir seus custos de produção, com reflexos positivos sobre a política de combate à inflação.

O problema brasileiro, porém, não é apenas a inflação elevada. Como não se cansa de lembrar o Ministro Delfim Neto, há de se trabalhar com um olho nela e o outro no balanço de pagamentos. Mas nem isso colide com o esquema do mestre Bulhões, que não propõe o reaquecimento da economia e, desse modo, o aumento do volume das importações. O que ele objetiva é impedir o agravamento da situação, a manutenção do nível atual de crescimento da economia do país. E não tem dúvidas de que, nesse ritmo, haverá uma receita cambial suficiente para cobrir os gastos externos.